SENTENÇA

Processo Digital n°: 1013912-42.2016.8.26.0566

Classe - Assunto Arrolamento Sumário - Inventário e Partilha

Requerente: Alessandra Aparecida Santini Ladvig Groppa e outros

Requerido: Breno Ladvig

Juiz de Direito: Dr. Caio Cesar Melluso

Vistos.

Trata-se de procedimento de arrolamento sumário (artigos 659/667, do CPC), cuja partilha foi firmada de modo consensual, conforme fls. 04/06 e aditamento de fls. 58/62.

O inventariante deu atendimento à decisão de fls. 75.

Apresentou declaração de inexistência de testamento, conforme fls. 80/81.

Apresentou o protocolo do ITCMD às fls. 82.

Estando os autos regulares, **HOMOLOGO**, por sentença, o plano de partilha de fls. 04/06 e aditamento de fls. 58/62, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos.

Como as questões relativas à taxas e tributos não se submete ao crivo judicial nestes atos, intime-se o Fisco Estadual para o lançamento administrativo do ITCMD, consoante o § 2°, do art. 662, c/c § 2° do art. 659, do NCPC.

Os comprovantes dos recolhimentos de taxas e tributos, tais como o ITBI, deverão ser apresentados junto ao Cartório de Registro de Imóveis para que se proceda o registro do formal de partilha.

Fica autorizada desde já à expedição do formal de partilha, <u>sem prejuízo faculto</u> às partes interessadas solicitarem-no diretamente ao Cartório de Notas.

Como a celebração de acordo é ato incompatível com a vontade de recorrer, nos termos do art. 1.000, do CPC, <u>fica anotado o trânsito em julgado nesta data</u>, dispensando-se o Cartório de lançar certidão.

Cumpridas as determinações, dê-se baixa dos autos no sistema e remeta-se ao arquivo.

P. I. C.

São Carlos, 04 de abril de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA